

Tibagi Energia SPE S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo
em 31 de Dezembro de 2018 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Brasil Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Tibagi Energia SPE S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Tibagi Energia SPE S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tibagi Energia SPE S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Início das atividades

Sem modificar nossa opinião, conforme descrito na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, o início das operações da Companhia depende da Construção da Usina Hidrelétrica denominada UHE Tibagi Montante. Até o início da sua operação, a Companhia continuará a depender de suporte financeiro a ser obtido por meio de aporte de capital por parte de seus acionistas ou de recursos de terceiros. A não confirmação do referido suporte financeiro representa uma incerteza significativa quanto a continuidade das operações a Companhia.

Reapresentação de valores correspondentes

Sem modificar nossa opinião, conforme mencionado na nota explicativa nº 2.10 às demonstrações financeiras, em decorrência de ajustes de exercícios anteriores identificados, as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, correspondentes ao exercício anterior e apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas como previsto no pronunciamento técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Outros assuntos

Informações comparativas

Exceto pelos efeitos dos ajustes apresentados na nota explicativa nº 2.10 às demonstrações financeiras, os quais não foram auditados por nós nem por outros auditores independentes, as demonstrações financeiras e os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentadas para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 30 de junho de 2018, o qual não conteve nenhuma modificação e conteve ênfase sobre o mesmo assunto descrito no parágrafo de ênfase deste relatório.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 18 de julho de 2019

DELOITTE BRASIL
Auditores Independentes Ltda.



Paulo Ferreira Silveira
Contador
CRC nº 1 BA 028799/O-3

TIBAGI ENERGIA SPE S.A (COMPANHIA EM FASE PRÉ-OPERACIONAL)

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017
	explicativa					explicativa			
			(Reapresentado)	(Reapresentado)			(Reapresentado)	(Reapresentado)	
CIRCULANTES					CIRCULANTES				
Caixa e equivalentes de caixa	3	6.754	3.895	2.024	Fornecedores	6	3.415	354	1
Impostos a recuperar		69	64	11	Obrigações sociais e tributárias		330	92	12
Despesas antecipadas	4	<u>791</u>	<u>1.276</u>	<u>285</u>	Provisão para gastos socioambientais	8	11.318	-	-
Total dos ativos circulantes		<u>7.614</u>	<u>5.235</u>	<u>2.320</u>	Partes relacionadas	7	1.510	-	-
					Outras contas a pagar		<u>38</u>	<u>1.109</u>	<u>2</u>
NÃO CIRCULANTES					Total dos passivos circulantes		<u>16.611</u>	<u>1.555</u>	<u>15</u>
Imobilizado	5	121.985	6.236	-					
Intangível		<u>584</u>	-	-	NÃO CIRCULANTES				
Total dos ativos não circulantes		<u>122.569</u>	<u>6.236</u>	-	Partes relacionadas	7	38.948	-	-
					Provisão para gastos socioambientais	8	<u>1.200</u>	-	-
					Total dos passivos não circulantes		<u>40.148</u>	-	-
					PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9			
					Capital social		79.055	17.195	6.770
					Reserva de capital		10.000	-	-
					Prejuízos acumulados		<u>(15.631)</u>	<u>(7.279)</u>	<u>(4.465)</u>
					Total do patrimônio líquido		73.424	9.916	2.305
TOTAL DOS ATIVOS		<u><u>130.183</u></u>	<u><u>11.471</u></u>	<u><u>2.320</u></u>	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>130.183</u></u>	<u><u>11.471</u></u>	<u><u>2.320</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TIBAGI ENERGIA SPE S.A (COMPANHIA EM FASE PRÉ-OPERACIONAL)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2018	31/12/2017 (Reapresentado)
DESPESAS			
Gerais e administrativas	11	(5.036)	(2.954)
Pessoal	11	(2.470)	-
Tributárias	11	(12)	(8)
		<u>(7.518)</u>	<u>(2.962)</u>
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO			
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	12	43	149
Despesas financeiras	12	<u>(877)</u>	<u>(1)</u>
Total		(834)	148
		<u>(8.352)</u>	<u>(2.814)</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO			
Prejuízo por ação básico e diluído - R\$	15	<u>(0,33)</u>	<u>(0,41)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TIBAGI ENERGIA SPE S.A (COMPANHIA EM FASE PRÉ-OPERACIONAL)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u> (Reapresentado)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(8.352)	(2.814)
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(8.352)</u>	<u>(2.814)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TIBAGI ENERGIA SPE S.A (COMPANHIA EM FASE PRÉ-OPERACIONAL)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social			Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
		Capital social subscrito	Capital a integralizar	Capital integralizado			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (ORIGINALMENTE APRESENTADO)		6.770	-	6.770	-	(1.538)	5.232
Ajustes de reapresentação	2.10	-	-	-	-	(2.927)	(2.927)
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2017 (REAPRESENTADO)		6.770	-	6.770	-	(4.465)	2.305
Aumento de capital	9	72.285	(61.860)	10.425	-	-	10.425
Prejuízo do exercício (reapresentado)		-	-	-	-	(2.814)	(2.814)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (REAPRESENTADO)		79.055	(61.860)	17.195	-	(7.279)	9.916
Aumento de capital	9	-	61.860	61.860	10.000	-	71.860
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(8.352)	(8.352)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		<u>79.055</u>	<u>-</u>	<u>79.055</u>	<u>10.000</u>	<u>(15.631)</u>	<u>73.424</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TIBAGI ENERGIA SPE S.A (COMPANHIA EM FASE PRÉ-OPERACIONAL)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2018	31/12/2017 (Reapresentado)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo do exercício		(8.352)	(2.814)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Impostos a recuperar		(5)	(54)
Despesas antecipadas		485	(990)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Obrigações sociais e tributárias		238	80
Outras contas a pagar		(1.071)	1.107
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		<u>(8.705)</u>	<u>(2.671)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado	5 e 16	(100.170)	(2.091)
Aquisição de intangível		(584)	(1.507)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(100.754)</u>	<u>(3.598)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Partes relacionadas		40.458	-
Aumento de capital e constituição de reservas	9	71.860	8.140
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		<u>112.318</u>	<u>8.140</u>
AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>2.859</u>	<u>1.871</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3	3.895	2.024
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3	6.754	3.895
AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>2.859</u>	<u>1.871</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TIBAGI ENERGIA SPE S.A. (COMPANHIA EM FASE PRÉ-OPERACIONAL)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Tibagi Energia SPE S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 10 de julho 2015, tendo por objeto social o desenvolvimento, a construção, a operação, a manutenção, de uma Central Hidrelétrica no Rio Tibagi, Bacia do Paraná, Município de Tibagi, no Estado do Paraná, bem como a geração e comercialização de energia elétrica.

A Companhia possui autorização para exploração do potencial hidrelétrico, como produtora independente de energia elétrica, concedida pelo Ministério de Minas e Energia ("MME"), por meio da Portaria nº 486/2015, para funcionar como UHE pelo prazo de 35 anos.

A Companhia já possui contratos firmados com os compradores. De acordo com a modalidade do Leilão 04/2015, a hidroelétrica firmou Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR, na modalidade de quantidade de energia. O preço de venda da energia contratada no leilão foi de R\$209,50 (duzentos e nove reais e cinquenta centavos)/MWh referenciado ao mês abril de 2015. O preço e venda será atualizado anualmente pelo IPCA, tendo como referência o mês de janeiro.

O CCEAR é um contrato bilateral de compra e venda de energia elétrica e respectiva potência associada, celebrado entre o agente vendedor e o agente de distribuição no âmbito do Ambiente de Contratação Regulada - ACR, como decorrência dos leilões de energia elétrica proveniente de empreendimentos de geração existentes e de novos empreendimentos.

A Companhia através da Portaria nº 190/2017, está enquadrada no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura – REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Usina Hidrelétrica, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: UHE.PH.PR.032923-01.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo de R\$8.997 e encontrava-se em fase pré-operacional. A administração entende que essa situação de liquidez irá se normalizar quando do início das operações da Companhia. Até o início de suas operações, suas atividades serão mantidas por meio de recursos dos acionistas ou de recursos de terceiros.

Conforme Portaria nº 486/2015, a Companhia precisa cumprir algumas obrigações durante o processo de instalação para não incorrer em penalidades. Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia cumpriu integralmente as obrigações exigidas até a data.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis – CPC e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da empresa no processo de aplicação das políticas contábeis.

2.3. Tributação

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente. Quando os impostos correntes e diferidos são originados da contabilização inicial de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

Conforme facultado pela legislação tributária, a Empresa optou pelo regime de tributação com base no lucro real para o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente.

Neste regime, as alíquotas aplicáveis são de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente de R\$240 para IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para CSLL sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação, quando aplicável.

2.4. Capital social

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários. As ações preferenciais não conferem direito a voto, têm prioridade no reembolso do capital na hipótese de liquidação da Companhia e poderão ser resgatadas a critério da Companhia, observando as disposições do Estatuto Social. A distribuição de dividendos mínimos obrigatórios aos acionistas da Companhia se dá em conformidade com as regras previstas no Art. 202 da Lei 6404/1976 e quando consignados ao final do exercício, conforme descrito na nota explicativa nº 9, são reconhecidos como passivo.

2.5. Imobilizado

Terrenos, edificações, imobilizações em andamento, móveis e utensílios e equipamentos estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, se aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. Os terrenos não sofrem depreciação.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

2.6. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

2.7. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável, pelo menos, uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

2.8. Provisões para compromissos futuros e outras

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.8.1. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Companhia assume direitos contratuais de receber caixa ou outros ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber caixa atrelados ao ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente os riscos e benefícios para terceiros. Ativos e passivos são reconhecidos quando direitos e/ou obrigações são retidos na transferência pela Companhia.

Passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia assume obrigações contratuais para liquidação em caixa ou na assunção de obrigações de terceiros por meio de um contrato no qual é parte. Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo e são baixados quando são quitados, extintos ou expirados. Os instrumentos financeiros que posteriormente ao reconhecimento inicial venham a ser mensurados pelo custo amortizado são mensurados através da taxa efetiva de juros. As receitas e despesas de juros, a variação monetária e a variação cambial, deduzidas das estimativas de perda por não recebimento de ativos financeiros, são reconhecidas quando incorridas na demonstração de resultado do exercício como "Resultado financeiro". Ativos e passivos financeiros somente são apresentados pelos seus valores líquidos se a Companhia deteve o direito incondicional de compensar tais valores ou liquidá-los simultaneamente, bem como ter a intenção de fazê-lo. Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a Companhia manteve os seguintes instrumentos financeiros os quais foram classificados como custo amortizado: Caixa e equivalentes de caixa, Adiantamentos a fornecedores, Fornecedores e Partes relacionadas.

"Impairment" de ativos financeiros

O CPC 48/IFRS 9 substituiu a abordagem de "perda incorrida" do CPC 38/IAS 39 por uma abordagem de perda de crédito esperada ("Expected Credit Loss - ECL"). O novo modelo de "impairment" aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados a VJORA, mas não se aplicam aos investimentos em instrumentos patrimoniais (ações). De acordo com o CPC 48 - IFRS 9, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que de acordo com o CPC 38/IAS 39.

A Companhia reavaliará a cada data de apresentação de suas informações contábeis se os ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado devem ser submetidos a "impairment".

Uma perda por "impairment" é reconhecida em relação a determinado ativo financeiro na ocorrência de um ou mais eventos que impactem negativamente os seus fluxos de caixa futuros estimados.

2.9. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas apresentadas

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e que mais afetam os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

- a) Avaliação dos instrumentos financeiros: a nota explicativa nº 14 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo dos instrumentos financeiros. A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.
- b) Provisão para gastos socioambientais: as provisões para compromissos futuros são reconhecidas, principalmente, com base em custos estimados de cumprimento das condicionantes ambientais. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como estimativas de gastos, e exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos.

2.10. Reapresentação dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, correspondentes ao exercício anterior e apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas conforme previsto no pronunciamento técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro em função dos fatores e suas consequências.

Os efeitos dos ajustes realizados nos saldos em 31 de dezembro de 2017 e 01 de janeiro de 2017 estão a seguir demonstrados:

Balança patrimonial	31 de dezembro de 2017		
	Original reportado	Ajustes	Saldo ajustado
Adiantamentos a fornecedores (a)	2.042	(2.042)	-
Impostos diferidos (b)	1.380	(1.380)	-
Imobilizado (a) e (c)	2.364	3.872	6.236
Intangível (c)	4.435	(4.435)	-
Fornecedores (d)	31	323	354
Prejuízos acumulados	<u>(2.972)</u>	<u>(4.307)</u>	<u>(7.279)</u>

Balança patrimonial	01 de janeiro de 2017		
	Original reportado	Ajustes	Saldo ajustado
Intangível (e)	2.927	(2.927)	-
Prejuízos acumulados	<u>(1.538)</u>	<u>(2.927)</u>	<u>(4.465)</u>

Demonstração do resultado

	31 de dezembro de 2017		
	Original reportado	Ajustes	Saldo ajustado
Imposto de renda e contribuição social diferidos (b)	<u>1.380</u>	<u>(1.380)</u>	<u>-</u>

Demonstração dos fluxos de caixa

	31 de dezembro de 2017		
	Original reportado	Ajustes	Saldo ajustado
Prejuízo do exercício (b)	(1.434)	(1.380)	(2.814)
Impostos a recuperar (b)	(1.434)	1.380	(54)
Adiantamentos a fornecedores (a)	(2.042)	2.042	-
Fornecedores (d)	31	322	353
Aquisição de imobilizado (a) e (c)	<u>(80)</u>	<u>(3.364)</u>	<u>(2.444)</u>

- (a) Saldo de adiantamentos a fornecedores para a construção da UHE, cujo saldo foi reclassificado para o imobilizado conforme natureza do adiantamento;
- (b) Reversão de saldo de imposto diferido ativo reconhecido contra o resultado no exercício, cujo valor não possui expectativa de realização;
- (c) Gastos com prestação de serviços para a construção da UHE, cujo saldo foi reclassificado do intangível para o imobilizado, em função da natureza dos gastos;
- (d) Reconhecimento de gastos incorridos na construção não registrados no período de competência;
- (e) Reclassificados de saldos referente a gastos administrativos capitalizados incorretamente como intangível.

2.11. Adoção de pronunciamentos técnicos, orientações e interpretações novos e/ou revisados e adotados

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis a seguir, emitidos até 31 de dezembro de 2018 pelo "International Accounting Standards Board – IASB", foram aplicados pela Companhia nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
IFRS 9 – Instrumentos Financeiros	Em 2014, o IASB publicou em sua completude a IFRS 9, a qual substitui em grande parte o IAS 39. A IFRS 9 estabelece requerimentos para reconhecimento e mensuração de ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra e venda de itens não financeiros, além de metodologia de redução ao valor recuperável "impairment", contabilização de "hedge", entre outros.	Aplicação em exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.
Pronunciamento	Descrição	Vigência
IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes	A IFRS 15 substitui a IAS 11, a IAS 18, a IFRIC 13, a IFRIC 5, a IFRIC 18 e a SIC 31 e estabelece uma regra abrangente a ser utilizada pelas entidades para reconhecimento de receitas de contratos com clientes. Os princípios fundamentais da IFRS 15 são de que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência ou promessa de bens ou serviços a clientes no montante que reflete sua consideração de qual montante espera ser capaz de trocar por aqueles bens ou serviços.	Aplicação em exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

2.12. Pronunciamentos técnicos, orientações e interpretações novos e/ou revisados e ainda não adotados

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis abaixo, emitidos até 31 de dezembro de 2018 pelo IASB, não foram aplicados antecipadamente pela Companhia nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

- IFRS 16 – Arrendamento Mercantil – CPC 06 (R2) - Introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. A IFRS 16 substituirá as normas de arrendamento existentes, incluindo a IAS 17 / CPC 06 (R1) Operações de Arrendamento Mercantil e o IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 / ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

Os mesmos serão implementados à medida que sua aplicação se torne obrigatória. A Administração está avaliando os impactos de sua adoção.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>01/01/2017</u>
Caixa e bancos	2	3.678	47
Aplicações financeiras	<u>6.752</u>	<u>217</u>	<u>1.977</u>
Total	<u>6.754</u>	<u>3.895</u>	<u>2.024</u>

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a duas aplicações de resgate automático, remuneradas a taxas que variam de 2% a 50% do CDI de forma progressiva, à medida que a aplicação permaneça no banco, e um Fundo de Investimento com rendimentos semelhantes a poupança (pré-fixado a 0,5%) em 31 de dezembro de 2018.

4. DESPESAS ANTECIPADAS

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>01/01/2017</u>
<u>Seguros a apropriar</u>			
Responsabilidade civil	135	338	75
Riscos de engenharia	535	735	164
Riscos corporativos	<u>121</u>	<u>203</u>	<u>46</u>
Total	<u>791</u>	<u>1.276</u>	<u>285</u>

5. IMOBILIZADO

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u> (Reapresentado)
Terrenos	2.285	2.285
Construções em andamento	83.537	1.906
Adiantamento a fornecedores	21.821	2.042
Provisão para gastos socioambientais	12.518	-
Juros capitalizados	1.248	-
Outros	<u>576</u>	<u>3</u>
Total	<u>121.985</u>	<u>6.236</u>

	<u>Terrenos</u>	<u>Construções em andamento</u>	<u>Adiantamentos a fornecedores</u>	<u>Provisão para gastos socioambientais</u>	<u>Juros capitalizados</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
<u>Custo corrido</u>							
Adições	2.285	399	2.042	-	-	3	4.729
Reclassificações (a)	-	1.507	-	-	-	-	1.507
Baixas	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>2.285</u>	<u>1.906</u>	<u>2.042</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3</u>	<u>6.236</u>
Adições	-	71.912	29.511	12.518	1.248	560	115.749
Transferências	-	9.719	(9.732)	-	-	13	-
Baixas	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>2.285</u>	<u>83.537</u>	<u>21.821</u>	<u>12.518</u>	<u>1.248</u>	<u>576</u>	<u>121.985</u>

(a) Saldo reclassificado de intangível para imobilizado.

6. FORNECEDORES

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u> (Reapresentado)	<u>01/01/2017</u>
Fornecedores de materiais	141	24	1
Fornecedores de serviços	64	330	-
Retenções contratuais (a)	<u>3.210</u>	-	-
Total	<u><u>3.415</u></u>	<u><u>354</u></u>	<u><u>1</u></u>

(a) As retenções contratuais são valores retidos nas notas fiscais de prestação de serviços dos fornecedores contratados para executarem o serviço de implantação da usina conforme contratos firmados entre as partes. Nos contratos, há uma cláusula que prevê a retenção 5% do valor das medições aprovadas, sujeitas a atualização mensal pelo IPCA, os quais serão pagos pela Companhia após a conclusão do serviço pelo fornecedor.

7. PARTES RELACIONADAS

	<u>Natureza</u>	<u>31/12/2018</u>
<u>Passivo não circulante</u>		
Eletroriver S.A.	Mútuo (a)	38.948
Tibagi Participações e Investimentos S.A.	Mútuo (b)	<u>1.510</u>
Total		<u><u>40.458</u></u>
Curto prazo		1.510
Longo prazo		<u>38.948</u>
Total		<u><u>40.458</u></u>

(a) Mútuo iniciado em 19 de outubro de 2018 com Eletroriver S.A. com vencimento em 19 de outubro de 2023. Sobre os saldos incidem IPCA e juros de 6% ao ano.

(b) Mútuo iniciado em 3 de outubro de 2018 com Tibagi Participações e Investimentos S.A. com vencimento em até 360 dias. Sobre os saldos incidem IGPM e juros de 0,5% ao mês.

8. PROVISÃO PARA GASTOS SOCIOAMBIENTAIS

Para a implantação da UHE, a Companhia precisa cumprir alguns requerimentos previstos no contrato, assim como na legislação ambiental. Em 31 de dezembro de 2018, a composição do saldo segue abaixo:

	<u>31/12/2018</u>
Programas de revegetação e supressão (a)	2.739
Programas de compensação ambiental e indenizações (b)	<u>9.779</u>
Total	<u><u>12.518</u></u>
Curto prazo	11.318
Longo prazo	<u>1.200</u>
Total	<u><u>12.518</u></u>

(a) Refere-se a serviços de supressão de vegetação necessárias à formação do reservatório da UHE Tibagi Montante, condicionante nº 16 da Licença de Instalação (LI), bem como à recuperação de Áreas de Preservação Permanente, conforme Condicionante nº 18 da Licença de Instalação (LI).

- (b) Refere-se à compensações ambientais conforme previsto no artigo 17 da Lei nº 11.428/2006 (Lei da Mata Atlântica), bem como provisões para o cumprimento do previsto no art. 36 da lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, e pagamento de indenizações.

O valor das provisões para gastos socioambientais está apresentado pelo seu valor presente. Em 2018, a taxa de desconto utilizada para o ajuste a valor presente considerou a diferença entre o Certificado de Depósito Interbancário - CDI e o Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, considerada pela Administração compatível com as operações realizadas pela Companhia.

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$79.055 (R\$17.195 em 31 de dezembro de 2017), representado por 38.496.852 ações ordinárias e 1.818.526 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, inconversíveis em outras formas, distribuídas em reais da seguinte forma:

<u>Acionistas</u>	31/12/2017 e 31/12/2018		%
	Ações		
	Ordinárias	Preferenciais	
Tibagi Participações e Investimentos S.A.	31.726.678	-	78,70%
Walter Luiz Teixeira	3.385.087	-	8,40%
Miguel Ethel Sobrinho	3.385.087	-	8,40%
Guartela Energia SPE S.A.	-	1.818.526	4,51%
Total	38.496.852	1.818.526	100%

Os detentores das ações preferenciais não conferem direito a voto, têm prioridade no reembolso do capital na hipótese de liquidação da Companhia e poderão ser resgatadas a critério da Companhia, observando as disposições do Estatuto Social.

Alterações societárias

Conforme Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") realizada em 30 de novembro de 2017, foi deliberado por unanimidade dos votos dos acionistas, o aumento de capital da Companhia em R\$72.285, mediante a emissão de 31.726.678 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal e de 1.818.526 novas ações preferenciais, passando assim o capital social para R\$79.055, totalmente subscrito pelos acionistas, o qual o valor de R\$8.140 foi integralizado em moeda corrente e R\$2.285 integralizado mediante aporte de terrenos, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Em 2018 os acionistas Walter Luiz Teixeira e Miguel Ethel Sobrinho transferiram as 31.726.678 ações subscritas e não integralizadas ao acionista Tibagi Participações e Investimentos S.A., que integralizou em moeda corrente R\$71.860, sendo R\$61.860 como aumento de capital e R\$10.000 à formação de reserva de capital da Companhia, conforme subscrito na AGE realizada em 30 de novembro de 2017.

Ao lucro apurado pela Companhia no fim de cada exercício, deverá ser aplicado o percentual de 5% antes de qualquer outra destinação na constituição do fundo de reserva legal, que não excederá a 20% do capital social, tal como disposto no art. 193 da Lei 6.404/76.

A Companhia, enquanto em operação, distribuirá dividendos obrigatórios em conformidade com as regras previstas no Art. 202 da Lei 6404/1976. A assembleia geral estabelecerá a destinação do lucro líquido remanescente, conforme o caso.

10. PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS E TRABALHISTAS

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 a Companhia não possui processos cuja probabilidade de perda foi considerada provável ou possível pelos assessores jurídicos razão pela qual não foi constituída qualquer provisão ou necessidade de qualquer divulgação nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e de 2017.

11. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Serviços de terceiros	(3.514)	(2.347)
Salários	(1.670)	-
Obrigações sociais	(800)	-
Seguros apropriados	(526)	(116)
Aluguéis	(253)	(114)
Viagens e estadas	(342)	(298)
Tributos	(18)	(9)
Outras despesas	(395)	(79)
Total	<u>(7.518)</u>	<u>(2.962)</u>
Classificadas como:		
Gerais e administrativas	(5.036)	(2.954)
Pessoal	(2.470)	-
Tributárias	(12)	(8)
Total	<u>(7.518)</u>	<u>(2.962)</u>

12. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<u>Receitas financeiras</u>		
Rendimento de aplicação financeira	28	149
Outras receitas financeiras	15	-
Subtotal	<u>43</u>	<u>149</u>
<u>Despesas financeiras</u>		
Multas	(819)	-
Outras despesas financeiras	(58)	(1)
Subtotal	<u>(877)</u>	<u>(1)</u>
Total	<u>(834)</u>	<u>148</u>

13. COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía contratos com as seguintes coberturas de seguros:

<u>Abrangência</u>	<u>Cobertura</u>	<u>Importância segurada</u>	<u>Vigência</u>
Responsabilidade civil	Obras Civas - Por Empreitada, incluindo: Empregador, Circulação de Equipamentos, entre outros.	260.000	31/07/2020
Riscos de engenharia	Básica – Obras Civas em construção e Instalação e Montagem.	201.525	31/08/2021
Riscos corporativos	Cobertura de prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pelo tomador na execução do contrato originário do Edital de Leilão n.º 03/2015 - ANEEL.	10.863	01/07/2020

14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

A Companhia entende que os instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado, e a Administração entende que os valores registrados se aproximam de seu valor justo. A seleção dos ativos e passivos apresentados nesta nota explicativa ocorreu em razão de sua relevância. Não é prática da Companhia contratar instrumentos financeiros para fins especulativos. Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a Companhia não detinha instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes.

a) Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil, que equivale ao seu valor justo.

	Valor contábil e valor justo	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<u>Ativos financeiros</u>		
Caixa e equivalentes de caixa	<u>6.754</u>	<u>3.895</u>
<u>Passivos financeiros</u>		
Fornecedores	3.415	354
Partes relacionadas	40.458	-
Total	<u>43.873</u>	<u>354</u>

b) Categorias de instrumentos financeiros

A seguir demonstramos a classificação dos instrumentos financeiros e seus saldos contábeis:

	<u>31/12/2018</u>		<u>31/12/2017</u>	
	<u>Custo amortizado</u>	<u>Total</u>	<u>Custo amortizado</u>	<u>Total</u>
<u>Ativos financeiros</u>				
Caixa e equivalente de caixa	<u>6.754</u>	<u>6.754</u>	<u>3.895</u>	<u>3.895</u>
Total	<u>6.754</u>	<u>6.754</u>	<u>3.895</u>	<u>3.895</u>
<u>Passivos financeiros</u>				
Fornecedores	3.415	3.415	354	354
Partes relacionadas	40.458	40.458	-	-
Total	<u>43.873</u>	<u>43.873</u>	<u>354</u>	<u>354</u>

A Companhia adotou a partir de 1º de janeiro de 2018 as alterações da IFRS 9 (CPC 48), que incluiu novos modelos para classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros. Os saldos comparativos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 estão sendo apresentados de acordo com a nova classificação adotada para fins de melhor comparabilidade.

c) Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações do Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI, relativos às taxas de juros das aplicações financeiras.

Os instrumentos financeiros sujeitos ao risco da taxa de flutuação da CDI e fundos de investimento, em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 era:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<u>Ativos financeiros</u>		
Aplicação financeira em CDB	741	217
Fundo de investimento	<u>6.011</u>	<u>-</u>
Total	<u>6.752</u>	<u>217</u>

As aplicações financeiras possuem condições de contratação atuais semelhantes às aquelas em que os mesmos se originaram, portanto, os valores de mercado são iguais aos valores contábeis. Essas aplicações financeiras foram consideradas como equivalentes de caixa.

d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações (estrutura de capital). Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de cláusulas contratuais previstos em contratos de empréstimos e financiamentos.

e) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é preparada pela Companhia onde são monitoradas as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que a Companhia tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida e geração de caixa da Companhia.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos principais ativos e passivos financeiros não derivativos da Companhia e os prazos de amortização contratuais.

A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos ativos e passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve realizar e/ou quitar os respectivos saldos.

A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve realizar e/ou quitar os respectivos saldos.

	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>Total</u>
<u>Passivos financeiros</u>						
Fornecedores	3.415	-	-	-	-	3.415
Partes relacionadas	<u>1.510</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>38.948</u>	<u>40.458</u>
Total	<u>4.925</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>38.948</u>	<u>43.873</u>

f) Análise de sensibilidade para exposição de taxa de juros

A Companhia possui exposição a taxas de juros em suas aplicações financeiras vinculados ao CDI, e saldo de mútuo com Parte relacionada atualizado pela variação do IPCA

Para efeito de análise de sensibilidade e utilizando os saldos das aplicações financeiras e mútuo com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2018, a Companhia oferece o cenário I (provável) a partir das expectativas do mercado para a média na taxa básica de juros em 2018. Na projeção do cenário II (possível), essa média foi aumentada em 25%, e para o cenário III (remoto), aumentada em 50%.

	<u>Índice</u>	<u>Cenário atual</u>	<u>Cenário I provável</u>	<u>Cenário II possível</u> (25%)	<u>Cenário III remoto</u> (50%)
<u>Ativo</u>					
Aplicações financeiras	CDI	<u>6.752</u>	<u>7.184</u>	<u>7.076</u>	<u>6.968</u>
Taxa (%)		-	6,40%	4,80%	3,20%
<u>Passivo</u>					
Tibagi Participações (Mútuo)	IGPM	<u>(1.510)</u>	<u>(1.600)</u>	<u>(1.623)</u>	<u>(1.645)</u>
Taxa (%)		-	5,98%	7,48%	8,97%
Eletroriver (Mútuo)	IPCA	<u>(38.948)</u>	<u>(40.463)</u>	<u>(40.842)</u>	<u>(41.220)</u>
Retenções contratuais	IPCA	<u>(3.210)</u>	<u>(3.332)</u>	<u>(3.362)</u>	<u>(3.393)</u>
Taxa (%)		-	3,80%	4,75%	5,70%

g) Riscos regulatórios

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

15. PREJUÍZO POR AÇÃO

O prejuízo por ação básico é calculado por meio da divisão do prejuízo do período atribuído aos detentores das ações ordinárias pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

O prejuízo por ação diluído é calculado por meio da divisão do prejuízo atribuído aos detentores das ações ordinárias pela quantidade média ponderada das ações ordinárias disponíveis durante o exercício, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas no pressuposto do exercício das opções de compra de ações com valor de exercício inferior ao valor de mercado.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e quantidade de ações utilizadas no cálculo do prejuízo por ação para cada um dos períodos apresentados na demonstração de resultados:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Prejuízo do exercício	(8.352)	(2.814)
<u>Prejuízo por ação</u>		
Média ponderada das ações ordinárias disponíveis (em milhares)	<u>25.011</u>	<u>6.902</u>
Prejuízo por ação básico e diluído - R\$	<u>(0,33)</u>	<u>(0,41)</u>

16. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA

A seguir as transações do exercício que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Provisão para gastos socioambientais - imobilizado	12.518	-
Retenção de fornecedores - imobilizado	3.061	354
Reclassificação de itens do intangível para imobilizado	-	1.507
Aumento de capital com imobilizado	-	2.285

17. EVENTOS SUBSEQUENTES

Doação de ativos

Em 2019, foi concluído o processo de doação do sistema de abastecimento de água construído pela Companhia à SANEPAR – Companhia de Saneamento do Paraná no montante de R\$2.078, nos termos de um Instrumento particular de doação.

Obrigações Portaria nº 486/2017

Até a data de emissão do relatório, a Companhia cumpriu integralmente as obrigações exigidas conforme Portaria nº 486/2015, estando a instalação da UHE dentro do cronograma acordado.

18. AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A diretoria da Companhia autorizou a emissão dessas presentes demonstrações financeiras em 18 de julho de 2019, nas quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem ter efeito sobre estas demonstrações financeiras, quando requeridos.
